

Para Velloso, manter dívida sob controle é chave

Futuro governo terá de diminuir despesas e provar que ajuste é sustentável, sustenta especialista

LILIANA LAHORATTI

BRASÍLIA – O grande desafio da equipe econômica do próximo governo será demonstrar que o ajuste das contas públicas é sustentável, pois sem isso não dará para reduzir as taxas de juros nem retomar o crescimento da economia de forma duradoura. Essa avaliação será defendida hoje pelo especialista em finanças públicas Raul Velloso no 14.º Fórum Nacional promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O evento, que se realiza no Rio de Janeiro até quinta-feira, debaterá as saídas para o ciclo sustentado de crescimento.

“Mesmo sem contar com a redução expressiva das taxas de juros internas num primeiro momento, o ministro da Fazenda do novo governo terá de provar que o País terá capacidade de manter a dívida sob controle, gerando saldos positivos mínimos nas

PROPORÇÃO
O DO PIB JÁ
CHEGA A
53,1%

contas”, enfatizou Velloso. Segundo ele, o ponto crucial é diminuir as despesas, invertendo a trajetória do ajuste fiscal realizado no governo Fernando Henrique Cardoso, concentrado no aumento da arrecadação. Os principais fatores que levaram aos ganhos de receitas, como a desvalorização cambial e os recursos da privatização, tendem a não se repetir com a mesma força daqui para a frente.

Ao alavancar a arrecadação, a desvalorização da taxa de câmbio ajudou a cumprir o acordo com o Fundo Monetário Internacional, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a renegociação das dívidas entre União e Estados, mas também provocou o crescimento da dívida pela parcela ligada ao dólar – hoje em

estoque. Apesar dos mega-superávits primários (o excedente das receitas em relação às despesas, exceto juros da dívida) entre 3% e 3,5% do Produto Interno Bruto obtidos nos três últimos anos, o País viu sua dívida líquida do setor público subir de 30,8% para 53,1% do PIB no final de 2001.

Esse patamar do endividamento da União, Estados e municípios ficou 6,6 pontos percentuais acima da meta prevista no acordo com o FMI, que era de 46,5% do PIB. A relação entre o total da dívida e o PIB é considerado o principal indicador da capacidade de um país honrar com o pagamento da dívida. “É compreensível que os presidentes não estejam colocando estes temas tão complexos no debate ainda, mas o presidente eleito em outubro terá de trabalhar rápido para colocar em prática já nos primeiros cem dias do governo um programa capaz de enfrentar essas debilidades”, ressaltou Velloso.

Segundo ele, a não ruptura do modelo adotado desde o início dos anos 90, de ênfase no ajuste fiscal, é fundamental para manter a posição do Brasil na comunidade financeira internacional. No diagnóstico das contas públicas traçado por Velloso, dentre as tarefas pendentes a mais urgente é a flexibilização dos gastos, principalmente no que diz respeito ao grande e crescente peso dos pagamentos diretos a pessoas nas despesas dos governos federal, estaduais e municipais. São os salários do funcionalismo público, os benefícios previdenciários e assistenciais – tais como os garantidos pela Lei Orgânica da Assistência Social – e o seguro-desemprego.

Esses compromissos, que em 1987 representavam 41% de todos os gastos não financeiros da União, ficaram ao redor de 80% no ano passado. “E o que é pior, não há indicações de que tendem a cair, pois trata-se de direitos adquiridos legalmente”, acrescen-